

Nota Técnica nº 82/2010/SAG

Doc. 025006/2010-70

Em 8 de novembro de 2010

Ao Senhor Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

Assunto: Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema

Introdução

1. A presente Nota Técnica trata da manifestação da ANA solicitada pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), por meio do Ofício nº 1205/GAB/SRHU/MMA, de 29 de outubro de 2010, a respeito da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (CBH Paranapanema), com o intuito de subsidiar a análise e decisão do CNRH.
2. Os Estados do Paraná e de São Paulo apresentaram, em outubro de 2010, justificativa circunstanciada para a criação do CBH Paranapanema, juntamente com os demais documentos exigidos pela Resolução CNRH nº 05/2000, e a minuta da Resolução Conjunta ANA/SMA-SP/SEMA-PR, em atendimento à Resolução CNRH nº 109/2010.
3. A Nota Técnica nº 33/2010/GAC/DRH/SRHU avaliou a documentação apresentada concluindo que os documentos e as manifestações atendem ao estabelecido nas Resoluções CNRH nº 05/2000 e nº 109/2010, desde que publicada a Resolução Conjunta proposta, e solicitando a manifestação da ANA, para posterior trâmite no CNRH.

Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema

4. A Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (BHRP) está localizada no limite entre as regiões Sul e Sudeste, na Região Hidrográfica do Paraná, que, em conjunto com as Regiões Hidrográficas do Paraguai e do Uruguai, compõe a Bacia do Prata. Abrange uma área total de 105.921 km², dos quais 51,06% estão no Estado do Paraná e 48,94% no Estado de São Paulo.
5. O rio Paranapanema nasce na Serra de Agudos Grandes, no Município de Capão Bonito (Alto Paranapanema-SP), em uma altitude aproximada de 900 m. Seu curso desenvolve-se ao longo de 929 km, com um desnível de 661 m, no sentido geral leste-oeste, até desaguar no rio Paraná, em altitude de 239 m.
6. Um total de 247 municípios tem área na Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) do Paranapanema (Quadro 1), sendo 218 municípios totalmente inseridos ou com sede urbana na BHRP. A população dos 218 municípios soma 4.625.552 habitantes, segundo dados do censo de 2000, sendo que a população urbana corresponde a cerca de 85% do total.

Quadro 1 – Municípios abrangidos pela BHRP

Vertente	Quantidade de municípios				Proporção %
	Com área total na UGRH	Com área parcial na UGRH		Total	
		Sede na UGRH	Sede fora da UGRH		
Paulista	79	18	18	115	48,94
Paranaense	105	16	11	132	51,06
UGRH	184	34	29	247	100
		63			

Fonte: Relatório de Situação de Recursos Hídricos do Estado de Paulo - 2009 - PERH PR - 2009

7. Na vertente paulista os municípios com maior número de habitantes são: Presidente Prudente, no CBH Pontal do Paranapanema, com 189.186; Assis, com 87.251, e Ourinhos, com 93.868, no CBH Médio Paranapanema; e Itapeva, com 82.866, e Itapetininga, com 125.559, no CBH Alto Paranapanema. Na vertente paranaense os municípios mais populosos são: Londrina, com 447.065, e Ponta Grossa, com 273.616, no CBH Tibagi; Maringá, com 288.653, no CBH Pirapônia; e Santo Antonio da Platina, com 39.943, no CBH Norte Pioneiro.

8. Com relação aos diferentes usos, a caracterização da BHRP apresenta estimativas que apontam para um índice de 39,70% da demanda total destinada à agricultura, aquicultura e dessedentação animal, 31,12% ao abastecimento público, 20,99% ao uso industrial e 8,19% a outros usos.

9. Os dados relativos à demanda de água, apresentados nos estudos de caracterização que foram elaborados por Grupo de Trabalho (GT) coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo (SMA-SP) e pela Secretaria de Estado de Meio ambiente do Paraná (SEMA-PR), demonstram a existência de diferenças socioeconômicas significativas entre as duas vertentes da BHRP. Enquanto a vertente paulista apresenta tendência a um maior consumo advindo das atividades agropecuárias, a vertente paranaense denota um consumo maior advindo das atividades urbanas.

10. Ambos os Estados promulgaram suas leis de recursos hídricos na década de 1990 e possuem Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos e respectivos Conselhos Estaduais em atividade. Em dezembro de 2009 o Estado do Paraná aprovou seu Plano Estadual de Recursos Hídricos, sendo que o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo encontra-se em fase final de revisão.

11. A UGRH Paranapanema está dividida em sete unidades de gestão, das quais três encontram-se em território paulista e são denominadas “Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI”, e quatro estão localizadas no Paraná e são intituladas “Unidades Hidrográficas”. Na vertente paranaense as Unidades Hidrográficas são:

A) Itararé, Cinzas e Paranapanema 1 e 2;

B) Alto Tibagi;

C) Baixo Tibagi; e

D) Pirapó, Paranapanema 3 e 4.

12. As Unidades Hidrográficas do Paraná foram estabelecidas pela Resolução CERH/PR nº 49, de 20 de dezembro de 2006, contudo, na caracterização apresentada, as

Unidades Hidrográficas Alto e Baixo Tibagi foram tratadas de forma única, como Unidade Hidrográfica Tibagi.

13. Na vertente paulista situam-se as seguintes Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), criadas pela Lei Estadual nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994:

- A) Alto Paranapanema;
- B) Médio Paranapanema; e
- C) Pontal do Paranapanema.

14. Todas as unidades estaduais possuem Comitês de Bacia criados e instalados, embora a implementação dos instrumentos das Políticas Estaduais estejam em estágios distintos.

15. Com relação à identificação de conflitos existentes ou potenciais a caracterização registrou que, de modo geral, a UGRH Paranapanema não apresenta substanciais problemas de disponibilidade hídrica, embora em algumas regiões a relação entre a retirada total e a disponibilidade já se aproxime do estado crítico. Tal situação é observada principalmente nos trechos a jusante dos maiores núcleos urbanos, que apresentam níveis de tratamento de esgoto variando de 51 a 75% do total da carga orgânica gerada.

16. Tanto nas áreas urbanas como nas rurais os processos erosivos e de assoreamento na BHRP estão associados ao uso e ocupação inadequados do solo, com algumas regiões apresentando elevados índices de criticidade à erosão.

17. No tocante à geração de energia elétrica, o rio Paranapanema tem uma grande regularização de seu caudal pelos reservatórios das usinas hidrelétricas implantadas em seu curso principal e em seus afluentes. Os reservatórios para geração de energia elétrica destacam-se na paisagem, ocupando cerca de 1,87% da área total da BHRP, notadamente nas unidades Pontal do Paranapanema, Alto Paranapanema e Piraponema.

18. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2010) existem 34 empreendimentos de fonte hidrelétrica em operação na UGRH Paranapanema, sendo 05 Centrais Geradoras Hidrelétricas, 17 Pequenas Centrais Hidrelétricas e 12 Usinas Hidrelétricas, representando cerca de 5% da capacidade de fonte hidrelétrica em operação no Brasil.

Breve histórico do processo de articulação

19. A Coordenadoria de Recursos Hídricos da SMA/SP iniciou, em 2008, uma aproximação com a Superintendência do Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná (SUDERHSA) e a SEMA-PR, propondo uma integração das ações no âmbito da BHRP.

20. Como resultado desse processo de articulação deu-se início a uma série de reuniões entre os dois Estados, a União e os seis comitês estaduais existentes na BHRP, culminando com a assinatura da Resolução Conjunta ANA/SMA-SP/SEMA-PR nº 66, de 26 de janeiro de 2009, que constituiu o Grupo de Trabalho (GT) para a gestão integrada de recursos hídricos da BHRP. O referido GT contou com a participação de representantes dos comitês estaduais existentes; da SEMA-PR; da SUDERHSA-PR; do Instituto Ambiental do Paraná (IAP-PR); da SMA-SP; do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo

(DAEE-SP); da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo (CETESB-SP); das Coordenadorias de Recursos Hídricos dos Estados do Paraná e de São Paulo; SRHU/MMA; e da ANA.

21. Dentre as atividades desenvolvidas pelo GT, destacam-se a elaboração de um plano de trabalho que enfatizou a discussão sobre a implementação dos instrumentos de gestão, como a outorga e o licenciamento ambiental, o levantamento da base de dados disponíveis e a caracterização da BHRP.

22. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, o GT acabou por consolidar a ideia de criação do CBH Paranapanema com o objetivo de alcançar uma maior integração entre os comitês estaduais existentes. Iniciou-se, então, o levantamento dos documentos necessários para atender a Resolução CNRH nº 05/2000.

23. Neste meio tempo o CNRH aprovou a Resolução CNRH nº 109/2010, que criou as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União e estabeleceu procedimentos complementares àqueles previstos na Resolução CNRH nº 05/2000 para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.

24. A BHRP é uma das UGRHs propostas na Resolução CNRH nº 109/2010, sendo que, a partir da publicação dessa Resolução, faz-se necessário celebrar um acordo entre a União, os Estados do Paraná e São Paulo, ouvidos os comitês existentes na UGRH.

25. Assim sendo, representantes das Coordenadorias de Recursos Hídricos da SEMA-PR e da SMA-SP reuniram-se com a ANA para buscar uma forma de atender a Resolução CNRH nº 109/2010 e propuseram a assinatura de uma Resolução Conjunta ANA/SMA-SP/SEMA-PR, com a anuência dos comitês estaduais existentes na UGRH Paranapanema, cuja minuta encontra-se em anexo.

Análise das diretrizes dispostas nos artigos 9º e 10 da Resolução CNRH nº 05/2000

26. A análise da proposta será baseada na Resolução CNRH nº 05/2000, que, em seu artigo 9º, dispõe que a proposta de instituição de Comitê de Bacia deve ser subscrita por pelo menos três das seguintes categorias:

- i. Secretários de Estado responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos de, pelo menos, dois terços dos Estados contidos na bacia hidrográfica;
- ii. Prefeitos municipais de pelo menos 40% dos municípios com território na bacia hidrográfica;
- iii. Entidades representativas de usuários (mínimo cinco), legalmente constituídas, que representem pelo menos três setores usuários distintos; e
- iv. Entidades civis de recursos hídricos legalmente constituídas (mínimo dez entidades) com atuação comprovada na bacia.

27. No tocante à primeira categoria, a SEMA-PR e a SMA-SP encaminharam ofício de apoio à proposta de criação do CBH Paranapanema, correspondendo assim à totalidade dos estados contidos na BHRP. Além dos Secretários de Estado, órgãos ligados a outras Secretarias manifestaram-se favoráveis à criação do CBH Paranapanema, destacando-se: IAP-PR; DAEE-SP; CETESB-SP; Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo; e Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo.

28. Com respeito à segunda categoria indicada, 82 municípios do Paraná (62% dos municípios da vertente paranaense) e 88 municípios de São Paulo (76,5% da vertente paulista) encaminharam ofícios de apoio à criação do CBH Paranapanema, perfazendo um total de 170 municípios, ou seja, 69% dos municípios da BHRP (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação dos municípios que se manifestaram a favor da criação do CBH Paranapanema

MUNICÍPIOS – PR		MUNICÍPIOS - SP	
1. Abatia	42. Lobato	1. Águas de Santa Bárbara	45. Lupércio
2. Alto Paraná	43. Londrina	2. Álvares Machado	46. Manduri
3. Alvorada do Sul	44. Lupionópolis	3. Alvinlândia	47. Maracaí
4. Ângulo	45. Mandaguaçu	4. Angatuba	48. Martinópolis
5. Apucarana	46. Mandaguari	5. Anhumas	49. Nantes
6. Arapongas	47. Marialva	6. Assis	50. Narandiba
7. Astorga	48. Maringá	7. Avaré	51. Óleo
8. Atalaia	49. Miraselva	8. Barão de Antonina	52. Ourinhos
9. Barra do Jacaré	50. Munhoz de Mello	9. Bernadino de Campos	53. Palmital
10. Bela Vista do Paraíso	51. Nossa Senhora das Graças	10. Bom Sucesso de Itararé	54. Paranapanema
11. Cafaera	52. Nova Esperança	11. Caiuá	55. Paraguaçu Paulista
12. Cambará	53. Nova Londrina	12. Campina do Monte Alegre	56. Pardinho
13. Cambé	54. Ortigueira	13. Campos Novos Paulista	57. Paulistânia
14. Cambira	55. Palmeira	14. Cândido Mota	58. Pedrinhas Paulista
15. Carambei	56. Paranacity	15. Canitar	59. Piraju
16. Castro	57. Paranaíba	16. Capão Bonito	60. Pirapozinho
17. Centenário do Sul	58. Pinhalão	17. Cerqueira César	61. Piratininga
18. Colorado	59. Piraí do Sul	18. Chavantes	62. Platina
19. Cruzeiro do Sul	60. Pitangueiras	19. Coronel Macedo	63. Pratânia
20. Diamante do Norte	61. Porecatu	20. Cruzália	64. Presidente Epitácio
21. Figueira	62. Prado Ferreira	21. Echaporã	65. Presidente Venceslau
22. Florestópolis	63. Primeiro de Maio	22. Espírito Santo do Turvo	66. Quatá
23. Flórida	64. Ribeirão Claro	23. Estrela do Norte	67. Rancharia
24. Guairaçá	65. Rolândia	24. Euclides da Cunha Paulista	68. Regente Feijó
25. Guamiranga	66. Sabaúdia	25. Fartura	69. Ribeirão Branco
26. Guapirama	67. Salto do Itararé	26. Fernão	70. Ribeirão Grande
27. Ibaiti	68. Santa Fé	27. Florínea	71. Riversul
28. Ibiporã	69. Santa Inês	28. Gália	72. Rosana
29. Iguaçu	70. Santo Antônio do Caiuá	29. Garça	73. Salto Grande
30. Ipiranga	71. Santo Antônio da Platina	30. Iaras	74. Sandovalina

MUNICÍPIOS – PR		MUNICÍPIOS - SP	
31. Itambaracá	72. Santo Inácio	31. Ibirarema	75. Santa Cruz do Rio Pardo
32. Itaguajé	73. São João do Caiuá	32. Iepê	76. Santo Anastácio
33. Itaúna do Sul	74. Sapopema	33. Indiana	77. São Miguel Arcanjo
34. Jaguapitã	75. Sarandi	34. Ipaussu	78. São Pedro do Turvo
35. Jaguariaíva	76. Sertãoópolis	35. Itaberá	79. Sarutaiá
36. Jandaia do Sul	77. Teixeira Soares	36. Itaí	80. Taciba
37. Jardim Olinda	78. Terra Rica	37. Itapetininga	81. Taguaí
38. Jataizinho	79. Tomazina	38. Itapeva	82. Taquarituba
39. Joaquim Távora	80. Uniflor	39. Itararé	83. Tarabai
40. Jundiá do Sul	81. Ventania	40. Itaporanga	84. Tarumã
41. Loanda	82. Wenceslau	41. Itatinga	85. Tejupá
		42. Jardinópolis	86. Teodoro Sampaio
		43. João Ramalho	87. Timburi
		44. Lucianópolis	88. Ubirajara

29. Com relação à terceira categoria indicada, a manifestação favorável de setores usuários e respectivas entidades representativas legalmente constituídas ocorreram conforme apresentado no Quadro 3, a seguir.

30. Por fim, no tocante à quarta categoria considerada, as manifestações das entidades civis de recursos hídricos em favor da criação do CBH Paranapanema ocorreram conforme apresentado no Quadro 4.

31. O Quadro 5 resume, em termos quantitativos, as manifestações em favor da criação do CBH Paranapanema.

Quadro 3 – Relação dos usuários que se manifestaram a favor da criação do CBH Paranapanema

SETOR	PARANÁ	SÃO PAULO
Abastecimento urbano	SANEPAR	
	SAMAE – Ibiporã	
Indústria	FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná	Usina Rio Pardo
	Heineken Brasil	
	Usina de Açúcar Santa Terezinha	
Irrigação e agropecuária	FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná	Aspipp – Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha
	Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva	
	Cofercatu – Cooperativa Agroindustrial	
	Copagra – Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense	
	Milenia Agrociências S.A	
Hidroeletricidade	COPEL	Duke Energy
Hidroviário		
Pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos		

Quadro 4 – Relação das entidades civis de recursos hídricos que se manifestaram a favor da criação do CBH Paranapanema

SETOR	PARANÁ	SÃO PAULO
Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	ABES - Subseção Presidente Prudente
	Centro Universitário Filadélfia	ABES - Subseção Itapetininga
	Unipar – Universidade Paranaense	ABRH – Marília
	Centro Universitário de Maringá	Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Taquarituba
	Universidade Estadual de Maringá	Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Ourinhos
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Paraguaçu Paulista
		Unoeste - Universidade do Oeste Paulista
		Instituição de Ensino Superior de Presidente Prudente
		UNESP – Universidade Estadual Paulista
		Faculdades Integradas de Ourinhos
		Fundação Gammon de Ensino
		Fundação Uniesp Solidária

SETOR	PARANÁ	SÃO PAULO
Organizações Não Governamentais	Gaia – Grupo Ambientalista Interdisciplinar de Apucarana	Apoena – Associação em Defesa do rio Paraná
		Ecoarara – Associação Ecológica Ararajuba de Regente Feijó
		Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Centro de Desenvolvimento do Vale do Paranapanema
		Salvar – A Salvação de um Rio
		Águas do Serrote
		Sociedade Hideal
		Aderp – Associação Ambientalista de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema
Entidades civis que apresentam alguma relação com recursos hídricos	Aciap – Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí	Sindicato Rural de Paranapanema
		Sindicato Rural Patronal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
		Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo
		Sindicato Rural de Itapeva

Quadro 5 – Resumo das manifestações por categoria

CATEGORIA	PR	SP	TOTAL
Secretários de Estado	1	1	2
Prefeituras Municipais	82	88	120
Usuários	11	3	14
Saneamento	2	0	2
Indústria	3	1	4
Irrigação e agropecuária	5	1	6
Hidroeletricidade	1	1	2
Aquaviário	0	0	0
Pesca, turismo e lazer	0	0	0
Entidades civis	8	23	31
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa	6	12	18
Organizações não-governamentais	1	7	8
Outras entidades civis	1	4	5
TOTAL	102	115	217

32. O artigo 10 da Resolução CNRH nº 05/2000 estabelece que a proposta de instituição de Comitê de Bacia deve conter:

- i. Justificativa da necessidade e oportunidade de criação do Comitê, feita mediante apresentação dos seguintes cenários: situação dos recursos hídricos na bacia; conflitos de uso; riscos de racionamento dos recursos hídricos; poluição e degradação ambiental;
- ii. Identificação dos setores usuários de recursos hídricos para subsidiar a proposta de composição do Comitê;
- iii. Indicação da Diretoria Provisória;

33. Acerca do cumprimento dos itens acima, destacamos que: i) a justificativa circunstanciada abordou todos os temas acima destacados, apresentando uma caracterização da bacia, informações sobre usos e demandas por recursos hídricos, ressaltando os usos mais impactantes e conflitos existentes e potenciais; ii) foram identificados os setores usuários mais significativos na BHRP; e iii) a indicação da Diretoria Provisória ocorreu durante a reunião do GT, em Londrina, no dia 7 de outubro de 2010, com a concordância de todos os participantes:

- Presidente: Jorge Augusto Callado Afonso - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná; e
- Secretário: Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo - Secretário de Estado de Meio Ambiente de São Paulo.

Análise das diretrizes dispostas no artigo 4º da Resolução CNRH nº 109/2010

34. A proposta de criação do CBH Paranapanema deve também atender ao artigo 4º da Resolução CNRH nº 109/2010, que condiciona a criação de Comitê de Bacia à celebração prévia de um acordo entre a União e os Estados do Paraná e de São Paulo, ouvidos os comitês existentes na área de abrangência da bacia hidrográfica.

35. Nesse sentido encontra-se no processo **uma minuta de Resolução Conjunta ANA/SMA-SP/SEMA-PR**, que propõe para a BHRP a definição do arranjo institucional, das atribuições compartilhadas entre os comitês estaduais existentes e a garantia do funcionamento do CBH Paranapanema e de sua secretaria executiva. Esse documento já foi submetido à apreciação das três Procuradorias Jurídicas envolvidas – ANA, SMA-SP e SEMA-PR – e deve ser assinado pelos Secretários de Estado de Meio Ambiente do Paraná e de São Paulo e pelo Diretor Presidente da ANA. Tal minuta já conta com a anuência formal dos seis comitês estaduais existentes.

Conclusões

36. De acordo com a documentação apresentada, a justificativa da necessidade e oportunidade de criação do CBH Paranapanema abordou todos os temas exigidos, identificou os setores usuários, os conflitos existentes e potenciais na BHRP e indicou a Diretoria Provisória.

37. Conforme exposto, todas as categorias explicitadas no artigo 9º da Resolução CNRH nº 05/2000 manifestaram-se favoráveis à criação do CBH Paranapanema.
38. A adesão do poder público foi bastante representativa. As Secretarias de Meio Ambiente dos dois estados se manifestaram favoravelmente, além das manifestações favoráveis de 69% dos municípios abrangidos pela BHRP.
39. Quanto à representação dos usuários, apesar de numericamente atender à Resolução CNRH nº 05/2000, percebe-se uma fraca participação de todos os setores, principalmente na porção paulista da BHRP.
40. O setor de saneamento contribuiu com duas adesões na porção paranaense, sendo uma delas da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), mas nenhuma adesão na porção paulista. Era de se esperar que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) também se manifestasse favoravelmente.
41. O setor industrial paranaense, por sua vez, apresentou três manifestações favoráveis, com destaque para a FIEP. Apesar de a FIEP agregar um importante conjunto de associados, seria também importante que fossem apresentadas manifestações individualizadas de um número razoável de indústrias paranaenses da BHRP. Já o setor industrial do Estado de São Paulo apresentou somente uma manifestação favorável à criação do CBH Paranapanema. Vale registrar a ausência de manifestação por parte da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, além de manifestações individualizadas de um razoável número de indústrias paulistas da BHRP.
42. Quanto aos setores de irrigação e agropecuária foram registradas cinco adesões na porção paranaense da BHRP (FAEP, três cooperativas e uma empresa privada) e a adesão de apenas uma associação na porção paulista, que representa produtores de cerca de 15 municípios (Aspipp). Vale também registrar a ausência de manifestação da parte da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.
43. Da parte do setor hidrelétrico foram apresentadas apenas duas manifestações, uma de cada Estado, embora sejam as duas maiores operadoras do sistema elétrico na BHRP.
44. Outra observação que se faz necessária refere-se às adesões das entidades civis de recursos hídricos. Considerando a extensão e o grande número de municípios na BHRP, esperava-se uma maior participação dessa categoria. Destaca-se especialmente a baixa adesão de organizações não governamentais, sobretudo no Estado do Paraná, que normalmente são muito atuantes no processo de mobilização para a criação de um Comitê de Bacia.
45. A BHRP é a primeira bacia que apresenta uma proposta de criação de Comitê de Bacia após a aprovação da Resolução CNRH nº 109/2010, a qual exige a celebração de um acordo prévio entre a União e Estados, ouvidos os comitês existentes na UGRH.
46. Para a obtenção desse acordo, a SEMA-PR, a SMA-SP e a ANA articularam-se e assumiram responsabilidades com vistas à garantia do funcionamento do CBH Paranapanema e de sua secretaria executiva, além de propor o arranjo institucional e as atribuições compartilhadas entre os comitês estaduais existentes na UGRH.
47. Para formalizar o referido acordo está prevista a assinatura de Resolução Conjunta ANA/SMA-SP/SEMA-PR, cuja minuta em anexo já conta com a anuência dos comitês estaduais existentes na área de abrangência da BHRP.
48. A criação de um Comitê de Bacia deve ser resultado da mobilização e do envolvimento de todos os segmentos – poder público, usuários de água e entidades civis de

recursos hídricos. No caso da BHRP houve uma grande mobilização do poder público e dos comitês estaduais existentes.

49. A despeito de terem sido atendidos os requisitos previstos pela Resolução CNRH nº 05/2000, recomenda-se que, durante o processo de instalação do CBH Paranapanema, sejam empreendidos esforços no sentido de alcançar uma maior participação dos usuários de recursos hídricos e das organizações não governamentais, objetivando uma melhor representatividade das categorias na composição do CBH Paranapanema.

50. Finalizando, recomendamos que ao final da etapa de instalação do CBH Paranapanema, seja firmado um Pacto para a Gestão Integrada das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, a exemplo do que ocorreu quando o CNRH aprovou a criação do CBH Grande, com a participação da União, dos Estados e dos seis comitês estaduais existentes na BHRP.

À consideração superior.

ROSANA MENDES EVANGELISTA
Especialista em Recursos Hídricos – SAG

De acordo, ao Senhor Diretor da Área de Gestão.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

De acordo, encaminhe-se à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

PAULO LOPES VARELLA
Diretor da Área de Gestão